

**Após 8 anos, Governo Central atinge superávit primário no 1º sem./2022**

---

**BC prepara o terreno para encerrar o ciclo de aperto monetário**

---

**Atividade industrial gaúcha cresceu 4,4% no primeiro semestre**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos](http://www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Após 8 anos, Governo Central atinge superávit primário no 1º sem./2022

O resultado primário do Governo Central no 1º sem/2022 foi superavitário em R\$ 56,5 bilhões. Esse é o primeiro número positivo nas contas públicas após 7 anos consecutivos em situação de déficit fiscal no primeiro semestre do ano. Esse resultado só foi possível pelo esforço do governo federal em contingenciar os gastos públicos. Enquanto as despesas totais se expandiram em 1,2% em termos reais na comparação com o 1º sem/2021, valor menor do que média do últimos 20 anos (7,0%), as receitas líquidas (diferença entre a receita total e as transferências para estados e municípios) aumentaram 15,1% (média 20 anos: 3,0%).

Os bons números dos gastos públicos só foram possíveis pelas reduções nas contas de Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 21,8 bilhões), que equivalem a 17,4% dos gastos totais do período, bem como da retração dos gastos com a COVID-19, que originou uma queda nos valores dos créditos extraordinários em R\$ 40,3 bilhões, em relação ao primeiro semestre do ano passado. Vale ainda destacar os gastos com Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) que apresentou redução de 57,1% (De R\$ 19,5 bi no 1º sem/2021 para R\$ 8,4 bi no mesmo período de 2022), fruto da promulgação da PEC dos precatórios, a qual estabeleceu um teto para o pagamento das sentenças judiciais, reduzindo o montante a ser pago neste ano.

Pelo lado das receitas, o desempenho do semestre foi resultado dos valores dos impostos em que a base de incidência é a renda e o lucro, como comentado no

Informe Econômico nº 30/2022. Os Dividendos das Estatais também trouxeram alívio para as contas públicas, sobretudo, pelos valores advindos da Petrobrás, que elevou as receitas em R\$ 14,8 bilhões (+439,2% em termos reais) nos primeiros 6 meses do ano. Além disso, as receitas de Exploração de Recursos Naturais, que representam 5,6% das receitas do semestre, apresentaram crescimento de 45,7% nesse ano (de R\$ 45,7 bi no 1º sem/2021 para R\$ 66,5 bi, no mesmo período de 2022).

Olhando para o próximo semestre, acreditamos que as contas públicas continuarão com bons resultados, sobretudo, pelo lado das receitas. Mesmo com o arrefecimento da inflação e as renúncias fiscais estabelecidas na PEC dos combustíveis, os Dividendos das Estatais ainda trarão fôlego para as contas públicas (a Petrobras anunciou que serão pagos à União R\$ 32,1 bi entre agosto e setembro). Além disso, a expansão da renda disponível das famílias, que será observada, sobretudo, no segundo semestre, resultado da promulgação da PEC dos Benefícios Sociais – injetarão R\$ 41,25 bi (0,5% do PIB) nos últimos meses do ano –, irão converter-se em maior consumo e, conseqüentemente, arrecadação. O maior desafio à frente será as discussões acerca da reformulação das regras fiscais, dado que, as inúmeras renúncias fiscais efetuadas até aqui, bem como a contratação de despesas permanentes, trazem riscos para a sustentabilidade da dívida pública.

## BC prepara o terreno para encerrar o ciclo de aperto monetário

Na última quarta-feira, o COPOM manteve o ciclo de aperto monetário, aumentando a taxa Selic em 0,50 p.p., para 13,75% a.a., como esperado pela maioria dos analistas. Esse foi o 12º aumento consecutivo na taxa de juros e o maior ciclo de aperto monetário enfrentado pelo Brasil durante os anos 2000. Com essa decisão, a dúvida que passou à assolar os mercados foi sobre os próximos passos que a autoridade monetária irá adotar: o comitê continuará com o ciclo de aperto monetário ou irá encerrar?

No comunicado após a reunião, o COPOM reconheceu a melhora da atividade no segundo trimestre, sobretudo, pela forte retomada que vem ocorrendo no mercado de trabalho. Por outro lado, foi enfático ao ressaltar que “*permanecem fatores de risco em ambas as direções*”, tanto no ambiente externo, quanto interno. Sobre esse primeiro, a opção dos principais bancos centrais das economias desenvolvidas por serem mais agressivos na condução de suas políticas monetárias, traz desafios, do ponto de vista inflacionário, para os países emergentes: se por um lado, o ajuste monetário colabora com a desinflação doméstica, dado os seus efeitos sobre os preços das *commodities*, por outro, atua sobre a desvalorização da taxa de câmbio. Pelo lado doméstico, as promulgações

das medidas de incentivos fiscais e transferências governamentais, interromperam a deterioração das expectativas de inflação no curto prazo, no entanto, elevaram sobre 2023.

O Banco Central, durante sua comunicação, ressaltou seu comprometimento com a “*convergência da inflação para suas metas*” mas, diferentemente do que vinha ocorrendo nos comunicados anteriores, o horizonte relevante para o alcance da meta foi para 2024 (ante 2023 nos comunicados até junho). Ou seja, o BC passou à admitir a possibilidade de não alcançar a meta de 3,25% em 2023.

Por fim, o comitê ressaltou que irá avaliar a “*necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, em sua próxima reunião*”, comprometendo-se com um possível aumento de 0,25 p.p., deixando à Selic em 14,00% a.a. No entanto, ressalta a necessidade de cautela em sua atuação, diante das incertezas que pairam sobre o ambiente econômico global e local.

Embora reconhecendo que o balanço de risco seja heterogêneo, acreditamos que, dado a defasagem das reações esperadas da economia diante de um ciclo de alta e que, historicamente, durante o período eleitoral o BC não costuma se movimentar, o Copom deve manter a taxa de juros em 13,75% até meados de 2023.

# Atividade industrial gaúcha cresceu 4,4% no primeiro semestre

O emprego industrial cresceu pelo 25º mês seguido em junho

O nível de atividade da indústria gaúcha cresceu 1,0% em junho na comparação sem os efeitos sazonais com maio, de acordo com o Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS). Com isso, o índice, calculado pela FIERGS, recupera parte da perda de maio (-2,5%), ficando 9,1% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020). A recuperação da pandemia, vale ressaltar, ocorreu até novembro de 2021, pois, desde então, foram três quedas e quatro altas na margem (sobre o mês anterior) com saldo líquido praticamente nulo, mostrando que a atividade do setor passa por um período de estabilidade.

Dos seis componentes do IDI/RS, cinco cresceram na passagem de maio para junho: faturamento real (+1,1%), horas trabalhadas na produção (+1,6%), emprego (+1,0%) – 25º mês seguido de alta –, massa salarial real (+0,3%) e compras industriais (+1,0%). A exceção foi a utilização da capacidade instalada (UCI) que caiu 1,3 p.p., para 80,4%.

Na comparação com o mesmo mês de 2021, o índice de atividade cresceu 4,4% em junho, na 22ª taxa positiva consecutiva nessa base de comparação. Com esse resultado, o IDI/RS encerrou o primeiro semestre de 2022 com crescimento de 4,4% sobre igual período do ano passado, com cinco dos seis componentes, mas com apenas sete dos dezesseis setores pesquisados, em alta.

Entre os componentes, o destaque positivo foi as horas trabalhadas na produção, que cresceram 9,0%. Contribuíram na mesma direção, o emprego (+6,4%), a massa salarial real (+6,8%), as compras industriais (+3,9%) e o faturamento real (+3,7%). A exceção foi a utilização da capacidade instalada (UCI), cuja média mensal de 81,0% de 2022 ficou 0,7 p.p. abaixo de 2021.

Entre os setores, quatro sustentaram a alta anual da atividade no primeiro semestre de 2022: Máquinas e equipamentos (+10,9%), Couros e calçados (+11,2%), Veículos automotores (+13,6%) e Tabaco (+20,3%). Já as maiores influências negativas vieram de Produtos de metal (-3,3%), Móveis (-5,9%) e Metalurgia (-9,2%).

Os Indicadores Industriais do RS mostram o nível de atividade do setor oscilante na margem e estabilizado em patamares relativamente elevados em 2022.

O primeiro semestre foi marcado por restrições nas cadeias de suprimentos, pela guerra da Ucrânia e pela intensa elevação das taxas de juros e da inflação. Apesar disso, a indústria mostrou forte expansão das exportações e se beneficiou do bom desempenho do agronegócio.

Estabilizada na margem, parte da expansão anual da atividade industrial no semestre é efeito do carregamento e da base deprimida de 2021, e tende a se dissipar caso não haja uma retomada. O cenário para os próximos meses sugere a continuidade do ritmo lento e irregular na margem, com menores gargalos na cadeia produtiva, mas com os efeitos defasados dos juros mais altos e da incerteza maior à medida que as eleições se aproximam.

## Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul (Junho de 2022)

	Mês anterior*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	1,0	4,4	4,4
Faturamento real	1,1	6,8	3,7
Horas Trabalhadas na produção	1,6	12,1	9,0
Emprego	1,0	7,3	6,4
Massa salarial real	0,3	8,3	6,8
UCI (em p.p.)	-1,3	-1,3	-0,7
Compras Industriais	1,0	-2,5	3,9

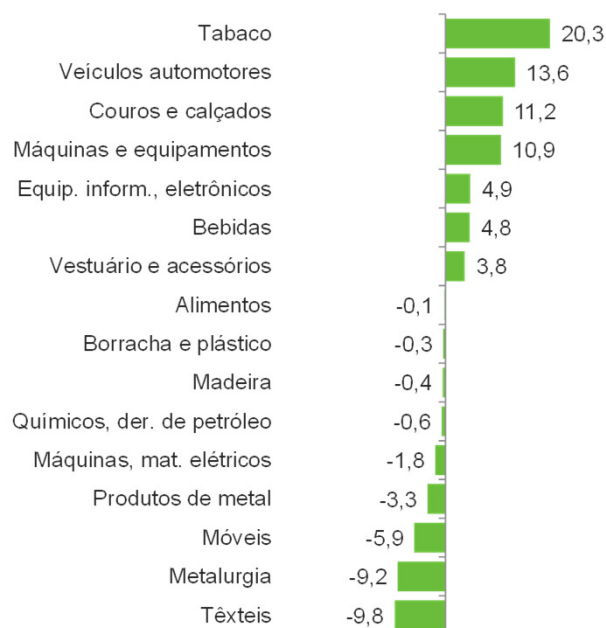
\* Série dessazonalizada

## Índices de Desempenho Industrial – RS (Índice base fixa mensal: 2006=100\*)



\* Série dessazonalizada.

## Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS – Setorial (Variação jan-jun 2022/21 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.

# DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)<sup>1</sup></b>					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	2,1
<b>Total</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>-3,9</b>	<b>4,6</b>	<b>1,7</b>
<b>Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)</b>					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,434
Em US\$ <sup>c</sup>	1,916	1,873	1,448	1,609	1,816
<b>Inflação (% a.a.)</b>					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	13,0
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	6,9
<b>Produção Física Industrial (% a.a.)</b>					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
<b>Indústria Total<sup>p</sup></b>	<b>1,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>-4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>1,5</b>
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)</b>					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	61,0
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	478,9
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	256,3
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	194,6
Extrativa e SIUP <sup>d</sup>	11,2	13,3	3,5	36,2	28,0
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	1.527,2
<b>Total</b>	<b>546,4</b>	<b>644,1</b>	<b>-191,5</b>	<b>2.730,6</b>	<b>2.067,1</b>
<b>Taxa de desemprego (%)</b>					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	8,2
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	9,4
<b>Setor Externo (US\$ bilhões)</b>					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
<b>Balança Comercial</b>	<b>46,6</b>	<b>35,2</b>	<b>50,4</b>	<b>61,0</b>	<b>69,5</b>
<b>Moeda e Juros</b>					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) <sup>o</sup>	17,1	4,0	28,9	7,4	-7,7
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,15
<b>Setor Público (% do PIB)</b>					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. \* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. <sup>1</sup> O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. <sup>2</sup> Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. <sup>3</sup> Não considera a Construção Civil e o SIUP. <sup>4</sup> SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. <sup>5</sup> Variação em relação ao final do período anterior.

## Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

# DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
<b>Produto Interno Bruto Real (% a.a.)<sup>1</sup></b>					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
<b>Total</b>	<b>2,0</b>	<b>1,1</b>	<b>-6,8</b>	<b>10,4</b>	<b>-4,0</b>
<b>Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)</b>					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ <sup>c</sup>	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
<b>Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)</b>					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP <sup>3</sup>	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
<b>Total</b>	<b>20,5</b>	<b>20,4</b>	<b>-42,5</b>	<b>140,3</b>	<b>29,2</b>
<b>Taxa de desemprego (%)</b>					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
<b>Setor Externo (US\$ bilhões)</b>					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
<b>Balança Comercial</b>	<b>9,8</b>	<b>6,9</b>	<b>6,5</b>	<b>9,4</b>	<b>9,6</b>
<b>Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)</b>					
	<b>34,8</b>	<b>35,7</b>	<b>36,2</b>	<b>45,7</b>	<b>49,5</b>
<b>Indicadores Industriais (% a.a.)</b>					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
<b>Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS</b>	<b>2,6</b>	<b>0,1</b>	<b>-4,8</b>	<b>12,8</b>	<b>1,7</b>
<b>Produção Física Industrial<sup>4</sup> (% a.a.)</b>					
	<b>5,9</b>	<b>2,5</b>	<b>-5,5</b>	<b>8,8</b>	<b>1,0</b>

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. \* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. <sup>1</sup> O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. <sup>2</sup> Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. <sup>3</sup> SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. <sup>4</sup> Não considera a Construção Civil e o SIUP.

## Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.